

Entre o poder e o dever: fatores intervenientes na expressão da modalidade nos discursos de posse presidencial

Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner

Recebido 30, set. 2009 / Aprovado 25, out. 2009

Resumo

O presente trabalho analisa os discursos de posse dos presidentes do Brasil eleitos no período de 1990 a 2007, buscando demonstrar as determinações do contexto de interação sobre a expressão das modalidades deôntica e volitiva. Nessa análise são apontadas as semelhanças no uso devidas à posição do sujeito enunciador e as diferenças devidas às especificidades de cada contexto de interação.

Palavras-chave: *Modalidade deôntica. Modalidade volitiva. Discurso político. Funcionalismo.*

Introdução

As coerções do contexto de interação, embora atuem sobre todo o discurso, afetam de maneira mais evidente algumas categorias da língua. Entre essas categorias se encontra certamente a modalidade, forma de expressão da subjetividade de um enunciador que avalia e qualifica seu enunciado nos campos semânticos das possibilidades, das obrigações, das capacidades e dos desejos.

No caso específico dos discursos de posse presidencial analisados neste trabalho, a expressão da modalidade se soma a outras formas de expressão de subjetividade na produção de diferentes discursos que se constituem em uma mesma cena: um presidente eleito que, enunciando de um lugar de autoridade, dirige-se pela primeira vez aos cidadãos do país que vai governar. A igualdade do lugar de enunciação responde pelas diversas semelhanças nas manifestações de poder, dever e querer; no entanto, as características do contexto de interação nos momentos de posse respondem pelas diferenças no uso dos modalizadores, conforme pretendemos demonstrar.

O presente trabalho propõe uma análise do comportamento dos modalizadores deônticos e volitivos presentes nos discursos de posse proferidos pelos presidentes do Brasil eleitos no período de 1990 a 2006. Compõem o *corpus* os discursos de posse de Fernando Collor (FC-90), Itamar Franco (IF-92), Fernando Henrique Cardoso (FH-95 e FH-99) e Lula (LU-03 e LU-07).

A escolha desse *corpus* justifica-se por duas razões. O fato de as condições de produção desses discursos já terem sido amplamente estudadas, do ponto de vista histórico, não só facilita a recuperação das intenções supostamente pretendidas pelo falante, mas também, e principalmente, permite a identificação do grau de tensão estabelecido entre os interlocutores, fatores imprescindíveis para a análise dos efeitos discursivos da modalização.

Ao analisar a importância das modalidades deôntica e volitiva na qualificação da interação entre falante e ouvinte, buscamos a fundamentação teórica para essa investigação no Funcionalismo, uma abordagem teórica que concebe a sintaxe e a semântica como instâncias interligadas que devem ser estudadas dentro do quadro da pragmática. Mais especificamente, apoiamos nossa análise na classificação das modalidades proposta por Hengeveld (2004), conforme se verá adiante.

Tipologia das modalidades segundo Hengeveld (2004)

Hengeveld (2004) propõe uma subclassificação das modalidades a partir de dois critérios principais: o tipo de *alvo de avaliação*, ou seja, da parte do enunciado que é modalizada, e o *domínio semântico* a partir do qual a avaliação é feita.

Segundo o critério *domínio semântico*, diferentes subtipos de modalidade são identificados de acordo com a perspectiva a partir da qual a avaliação modal é executada:

- a) modalidade facultativa: relacionada a capacidades intrínsecas ou adquiridas. Ex.: João é capaz de andar; João sabe nadar.
- b) modalidade deôntica: relacionada ao que é legal, social e moralmente permissível. Ex: João tem de nadar; É obrigatório que João nade todos os dias.
- c) modalidade volitiva; relacionada ao que é desejável. Ex.: João quer parar de nadar; É meu desejo que João pare de nadar.
- d) modalidade epistêmica: relacionada ao que é sabido em relação ao mundo real. Ex.: João deve estar nadando; Provavelmente João está nadando.
- e) modalidade evidencial: relacionada com a fonte da informação contida em uma sentença. Ex.: Eu acho que João está nadando; Parece que João está nadando.

Pelo parâmetro *alvo de avaliação*, os seguintes tipos de modalidade podem ser identificados:

- a) modalidade orientada para o participante: “Afeta a parte relacional de um enunciado. Diz respeito à relação entre (propriedades de) um participante em um evento e a realização potencial daquele evento” (HENGEVELD, 2004, p.1192). A modalidade deôntica orientada para o participante descreve um participante que se encontra sob uma obrigação ou que tem uma permissão para se engajar no evento designado pelo predicado, como em “João tem de nadar 3 mil metros todos os dias”. A modalidade volitiva orientada para o participante descreve o desejo de um participante de se engajar no evento descrito pelo predicado, como em “João quer nadar todos os dias”.
- b) modalidade orientada para o evento: “afeta a descrição de um evento contida no enunciado, isto é, a parte descritiva de um enunciado” (HENGEVELD, 2004, p.1192). A modalidade deôntica orientada para o evento descreve a existência de obrigações, permissões e proibições gerais, sem que o sujeito enunciador assuma a responsabilidade por esses julgamentos. Hengeveld salienta que, embora a qualificação deôntica de um evento seja mais comum em construções unipessoais, como em “É proibido pedir esmolas”, ela também pode ocorrer em construções pessoais, como em “Devemos ter o direito de intervir”. Da mesma forma, a modalidade volitiva orientada

para o evento caracteriza um evento que é geralmente desejável ou indesejável, sem o envolvimento do sujeito enunciador nessa avaliação.

- c) modalidade orientada para a proposição: “afeta o conteúdo proposicional de um enunciado, isto é, a parte do enunciado que representa a visão e a crença do sujeito enunciador. Diz respeito à especificação do grau de comprometimento do sujeito enunciador com relação à proposição que ele apresenta” (HENGEVELD, 2004, p.1192). Na modalidade volitiva orientada para a proposição, o sujeito enunciador (e não o participante do evento descrito na oração) é a fonte da atitude volitiva expressa na proposição, como em “Desejo que todos sejam aprovados nos exames finais”. A modalidade deôntica não tem expressão nesse nível, uma vez que não é possível que o sujeito enunciador seja, ao mesmo tempo, a fonte e o alvo dos deveres e obrigações instaurados por ele próprio.

Da combinatória dos dois fatores propostos por Hengeveld (2004) resultam os seguintes subtipos de modalidade:

Alvo Domínio	Participante	Evento	Proposição
Dinâmico	+	+	-
Epistêmico	-	+	+
Evidencial	-	-	+

Tabela 1: Subtipos modais estabelecidos em Hengeveld (2004, p.1193)

Considerando-se especialmente a avaliação modal que se realiza nos domínios deôntico e volitivo, o objetivo deste trabalho é analisar os efeitos de sentido associados à manifestação das modalidades nos discursos citados, estabelecendo as relações possíveis entre o estatuto do sujeito-enunciador, os fatores coercitivos que atuam sobre ele e o domínio de avaliação modal.

O comportamento das modalidades deôntica e volitiva

A análise do comportamento de cada tipo de modalidade será feita neste trabalho em cotejo com o comportamento dos outros tipos de modalidade presentes no mesmo discurso. Sendo assim, apresentamos, na Tabela 2, todas as ocorrências de modalizadores encontradas no *corpus*:¹

¹ Para a análise dos modalizadores epistêmicos, evidenciais e dinâmicos em discursos políticos, ver Dall'Aglio-Hattnher (1995, 2007, 2008).

Modalidade Discurso	Deôntica	Epistêmica	Evidencial	Dinâmica	Volitiva	Total
FC-90	25 33%	18 23,6%	14 18,4%	10 13,1%	09 11,9%	76 100%
IF-92	08 57,1%	02 14,3%	02 14,3%	-	02 14,3%	14 100%
FH-95	15 38,5%	04 10,3%	06 15,4%	12 30,7%	02 5,1%	39 100%
FH-99	06 37,5%	02 12,5%	02 12,5%	06 37,5%	-	16 100%
LU-03	33 68,7%	02 4,1%	03 6,3%	07 14,6%	03 6,3%	48 100%
LU-07	25 55,5%	06 13,3%	03 6,7%	08 17,8%	03 6,7%	45 100%

Tabela 2 – Diferentes modalidades presentes no corpus

Como já observado em Dall’Aglio-Hattner (2008), o contexto de interação comum a todos esses discursos favorece a ocorrência de qualificações deônticas, mais frequentes na totalidade dos discursos. Os enunciadores dos discursos de posse presidencial falam de um lugar de autoridade e, ocupando essa posição hierarquicamente superior em relação a seus interlocutores, preenchem todos os requisitos para instaurar obrigações, deveres e proibições aos seus comandados diretos, à população como um todo, ao país e até mesmo ao governo, considerado como uma unidade integrada pelo presidente, mas diferente dele.

A modalidade deôntica se aplica a uma proposição relacionada à necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis. O que esta proposição descreve, afirma Lyons (1977), não é um ato propriamente dito, mas o estado de coisas que será obtido se o ato em questão for realizado. Assim, a necessidade deôntica é sempre derivada de alguma fonte ou causa, que pode ser uma pessoa ou uma instituição. Além de uma convenção de regras sociais e morais, é necessário também que haja o reconhecimento, por parte dos membros de uma dada sociedade, da autoridade da fonte deôntica.

No caso específico dos discursos analisados, sendo o enunciador a autoridade máxima do país, a relação assimétrica entre os interlocutores está automaticamente pressuposta, restando ao sujeito enunciador a possibilidade de expressar sua posição hierarquicamente superior com diferentes graus de explicitação.

É assim que o presidente instaura obrigações, deveres e proibições de valores absolutos, sem a indicação do indivíduo sobre quem recaem esses valores:

- (01) Não basta governar para o povo; é preciso aproximar o governo do povo, o poder da cidadania, o Estado da nação. (FC-90)
- (02) Mais do que nunca, é necessário que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com

firmeza para defendê-los nos foros internacionais.
(FH-99)

- (03) Da mesma forma, é necessário incrementar - e muito - o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. (LU-03)

Ao qualificar deonticamente eventos, em vez de participantes, o sujeito enunciador obtém um efeito de sentido bastante produtivo na situação de interação aqui analisada: um presidente instaura obrigações e deveres que correspondem às suas metas de governo e, ao mesmo tempo, evita ter de apontar os responsáveis pela execução das obrigações e deveres.

Uma análise do alvo sobre o qual incidem as avaliações deonticas no *corpus* mostra uma nítida preferência pela modalidade deontica orientada para o evento, como se pode observar na tabela abaixo:

Alvo Discurso	Participante	Evento	Total
FC-90	08 32%	17 68%	25
IF-92	02 25%	06 75%	08
FH-95	04 26,7%	11 73,3%	15
FH-99	01 16,7%	05 83,3%	06
LU-03	08 24,3%	25 75,7%	33
LU-07	05 20%	20 80%	25
TOTAL	26 23,2%	86 76,8%	112 100%

Tabela 3: Tipos de alvo deontico presentes no corpus

Como aponta Hengeveld (2004) nas modalidades orientadas para o evento há a descrição da existência de possibilidades e obrigações gerais sem que o falante se envolva com responsabilidade por esses julgamentos, o que explica sua alta ocorrência no *corpus* analisado.

Para evitar os efeitos negativos da instauração de obrigações e deveres, o descomprometimento do sujeito enunciador também foi obtido, nos casos de modalidade deontica orientada para o participante, pela escolha de nomes genéricos e nomes de instituições para a posição do participante sobre quem incidem as obrigações e deveres instaurados:

- (04) A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino. (FH-95)
- (05) O Estado deve ser apto, permanentemente apto a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. (FC-90)
- (06) Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados. (LU-03)

Em apenas uma ocorrência, a nomeação clara do participante sobre quem incide a obrigação foi feita claramente. Dada a situação de crise política que culminou com a renúncia de Fernando Collor, Itamar Franco toma posse da presidência em uma situação bastante peculiar, bem descrita nas palavras iniciais de seu discurso:

O povo brasileiro retoma o Estado em suas mãos depois de período turbulento, carregado de intranquilidade, indignação e constrangimento. É em nome desse povo, e no cumprimento da Constituição da República, que este Governo se inicia, comprometido com os valores simples dos brasileiros. Esses valores, que pareciam se perder, reafirmaram-se nas últimas semanas, tomaram as ruas, retornaram à consciência de cada um de nós, para servirem de pilar à reafirmação da responsabilidade do Estado. (IF-92)

Nesse contexto, Itamar Franco toma posse não só dos poderes da presidência, mas também, e principalmente, da tarefa de recolocar o governo a serviço do Estado. É essa tarefa ele claramente divide com o seu ministério, atribuindo-lhes deveres:

- (07) Senhores Ministros, não podemos perder um só minuto. (IF-92)

Nesse enunciado, dois movimentos se somam. A indicação clara, pelo vocativo, do alvo sobre quem incide a proibição instaurada reforça a posição hierárquica superior do enunciador. Ao mesmo tempo, a inclusão do enunciador como alvo transfere a responsabilidade pela instauração da obrigação do enunciador para uma instância mais impessoal e absoluta, como o país ou o povo.

Esse recurso de atenuação do caráter autoritário da qualificação modal deontica pela inclusão do sujeito enunciador como o alvo da obrigação, junto com seus interlocutores, junto com toda a nação, é bastante recorrente:

- (08) Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos. (LU-03)
- (09) Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países, não podemos, por mero

saudosismo, dar as costas aos rumos da História. Temos, sim, que estar atentos a eles para influenciar o desenho da nova ordem. (FH-95)

Pelo uso da primeira pessoa do plural, o sujeito-enunciador se inclui entre aqueles sobre quem recai a obrigação e, ao mesmo tempo, atenua seu papel de fonte instauradora da obrigação. Esses dois movimentos, de aproximação e apagamento, promovem uma diminuição natural da força da qualificação deôntica, na medida em que neutralizam momentaneamente a posição hierarquicamente superior da fonte deôntica.

Há casos, porém, em que o uso da primeira pessoa do singular se soma a uma manifestação da modalidade deôntica para compor um quadro de assunção de responsabilidades. Uma vez que essas responsabilidades derivam do cargo, essas manifestações de comprometimento do enunciador também se constituem, nesse contexto, como uma manifestação da posição hierarquicamente superior que eles ocupam:

- (10) A mim, como Chefe do Governo e do Estado, caberá a responsabilidade final pelo desempenho de todos e pelos resultados a serem alcançados. (IF-92)
- (11) Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do governo. (FH-95)
- (12) Sei que, a partir de hoje, cabe a mim corrigir o que deve ser corrigido e avançar com maior determinação no que está dando certo, para consolidar as conquistas populares. (LU-07)

Destaca-se desse conjunto o discurso de posse de Fernando Collor de Mello (FC-90). Preparado durante os três meses que separaram eleição e posse, o discurso de Collor se caracteriza pela clareza e objetividade de sua argumentação, que pode ser resumida na fórmula: "eu sei, eu posso, eu faço". Assentado sob um lugar de comando inquestionável, como o primeiro presidente eleito pelo povo depois da ditadura militar, com uma expressiva superioridade de votos, Collor constrói um discurso em primeira pessoa e reforça seu poder não pelas qualificações deônticas, mas pelas indicações de evidencialidade ou pelas indicações de certeza em que ele se coloca como a fonte de um saber.

- (13) A finalidade maior de meu governo é libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça. Mas como sou um democrata moderno e não um demagogo populista, tenho consciência de que, aqui também, impõe-se a estabilização financeira para que o investimento volte a irrigar nosso aparelho produtivo. (FC-90)
- (14) Durante a campanha, no combate da campanha, pude perceber a fundo até que ponto o povo brasileiro

deseja eliminar o carnaval dos gastos, das emissões e dos preços. Sei que, para eliminá-lo, terei de contrariar vários interesses poderosos. (FC-90)

- (15) Vencerei ou falharei na medida em que esse desafio for enfrentado, sem demora e sem trégua. Mas tenho certeza de que, com o apoio resolutivo do povo e do Congresso, ainda este ano haveremos de ferir de morte, de destruir na fonte, a inflação no Brasil. (FC-90)

O uso dos modalizadores feito no discurso de posse do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso também encontra explicação no seu contexto de produção. Sua atuação como Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco qualificou-o como o grande responsável pela extinção da inflação. Sua eleição, em primeiro turno, é interpretada como uma opção do povo pela continuidade do processo de estabilização econômica do país. Assentado nesse histórico, FHC constrói em seu discurso uma atmosfera de otimismo e assenta sua argumentação não na exposição de problemas, mas no estabelecimento de metas para atender as demandas do país. Assim é que, após enunciados assertivos que apresentam uma situação crítica a ser superada ou uma situação ideal a ser atingida, seguem-se enunciados deonticamente modalizados que instauram deveres e obrigações:

- (16) Acesso aos hospitais, respeito no atendimento, eliminação das esperas desnecessárias, combate ao desperdício e às fraudes são elementos tão indispensáveis à boa gestão da saúde quanto à existência de verbas adequadas. Mas a saúde tem que ser encarada - e assim vai ser no meu governo principalmente como prevenção da doença, e não só a cura da doença. (FH-95)
- (17) As CPI's do Congresso e as providências enérgicas tomadas pelo governo Itamar Franco começaram a limpeza desses parasitas nos últimos dois anos. 90. Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público. (FH-95)

Observa-se que os enunciados que antecedem a instauração dos deveres são limpos de modalizadores epistêmicos lexicais, sendo expressos como verdades absolutas.

Na construção da argumentação do primeiro discurso de posse de FHC, a existência de um passado recente positivo também explica a grande frequência de modalizadores dinâmicos. Veja-se, por exemplo, a qualificação que FHC faz dos empresários e trabalhadores na ocorrência abaixo:

- (18) O peso da dívida externa já não nos sufoca. Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois da longa estiagem. As raízes – as pessoas e empresas que produzem riqueza resistiram aos rigores da estagnação e da inflação. Sobreviveram. Saíram fortes da provação. Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer as dificuldades. Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias. (FH-90)

Assentado no histórico de seu primeiro mandato, o discurso de posse do segundo mandato de FHC volta a apresentar um alto percentual de modalizadores deônticos e dinâmicos. Os enunciados dinamicamente modalizados destacam o que o presidente já foi capaz de realizar e como sua experiência o capacitou para os novos desafios:

- (19) Estou pronto para a nova jornada. Sinto-me renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro. Tenho mais experiência, pelo muito que pude aprender, tanto dos acertos, quanto dos erros, de meu primeiro mandato. (FH-99)

Os enunciados deonticamente modalizados, que instauram as obrigações para o novo mandato, são geralmente antecidos de enunciados avaliativos do mandato anterior:

- (20) O País desfruta de plena liberdade de opinião e de imprensa, de que muito os orgulhamos. O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para a vitalidade democrática. Mas precisamos avançar mais. (FH-99)
- (21) Não há democracia onde subsiste a violência. Onde ainda são desrespeitados os direitos básicos das crianças e das mulheres, dos negros e dos índios. Avançamos nesta área. É inegável. Mas temos que fazer mais (FH-99)

O contexto histórico em que Lula toma posse da presidência tem uma interessante determinação sobre as escolhas modais. A mudança de governo e de linha ideológica que representam a eleição de Lula é declarada literalmente nas palavras iniciais de seu discurso:

“Mudança”; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. (LU-03)

Nesse contexto, o passado histórico é trazido para a argumentação do discurso com uma nova função. As instaurações

de deveres e obrigações estão, na maioria dos casos, relacionadas a ações que devem ser feitas para se mudar o que foi feito, mudar o modo como foi feito, mudar o quanto e onde foi feito. A promoção de um grande conjunto de mudanças pressupõe um grande conjunto de obrigações, deveres e proibições, o que explica a frequência expressiva de modalizadores deônticos na fala de Lula, a mais alta entre os discursos que compõem o *corpus*, correspondendo a 68% de todos os enunciados modalizados.

Na medida em que a necessidade das mudanças pressupõe a desaprovação do passado, o uso dos enunciados deonticamente modalizados que instauram a obrigação da mudança permitem que a crítica ao governo anterior seja feita de maneira velada. É o que ocorre, por exemplo, em:

- (22) Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. (LU-03)
- (23) O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. (LU-03)

No discurso de posse de seu segundo mandato, Lula constrói uma argumentação bastante semelhante àquela utilizada por FHC, na mesma situação. Após avaliações positivas sobre o mandato anterior, instauram-se novas obrigações, ou velhas obrigações são renovadas:

- (24) Muito tentamos nos últimos quatro anos, mas fatores históricos, dificuldades políticas e prioridades inadiáveis fizeram com que nosso esforço não fosse inteiramente premiado. Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de país a ser realizado. Precisamos de firmeza e ousadia para mudar as regras necessárias e avançar. Não podemos desperdiçar energias, talentos, esperanças. (LU-07)

Nessa análise das relações interpessoais marcadas pela expressão da modalização, não poderia faltar a análise das manifestações de querer que compõem os discursos de posse. Ainda que pouco frequentes, ou justamente por serem poucas, essas manifestações são responsáveis por diferentes efeitos de sentido nas situações discursivas aqui analisadas, como se pode observar nas seguintes ocorrências:

- (25) Ao encerrar este discurso, quero deixar uma palavra comovida de agradecimento. (FH-95)
- (26) Na Europa, Portugal será necessariamente o interlocutor mais próximo do Brasil. [...] A Espanha, por

sua vez, não deixará de ser vista pelo Brasil, tal com por nossos vizinhos, como parceiro bilateral e ator destacado no diálogo entre a América Latina e a Europa. Espero de ambos os governos o apoio para o necessário fortalecimento dos laços do Brasil com a Comunidade Européia. (FC-90)

- (27) Minha eleição retrata e confirma as liberdades cívicas. Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público. (FC-90)
- (28) Desejo, Senhores Ministros, agradecer-lhes a participação no Governo. Quero que cada um se sinta à vontade em sua área e que exerça o ministério guiado pelo seu saber e pela sua consciência. (IF-92)

Boa parte dos modalizadores volitivos presentes no *corpus* ocorre em expressões formulaicas em que o querer corresponde mais a uma expressão de polidez do que de um desejo real, como é o caso em (25) acima e da primeira ocorrência de “desejar” em (28). Nas demais ocorrências, o valor do querer é determinado pela natureza do alvo e pelas relações estabelecidas entre a fonte e o alvo do querer. As ocorrências acima poderiam ser assim parafraseadas:

- (26') Espero que Portugal e Espanha me apóiem...
- (27') Espero que os partidos, as entidades e os cidadãos atuem com o melhor sentido de interesse público
- (28') Desejo que os ministros fiquem à vontade e exerçam o ministério guiados pelo seu saber e pela sua consciência.

O grau de controle do sujeito enunciador sobre as ações expressas nas orações complemento é bastante diferente nas situações exemplificadas acima, indo do agente menos controlado (Portugal e Espanha) para o mais controlado (ministros), passando por variados graus intermediários (partidos, entidades, cidadãos). É possível considerar, nesse sentido, que a manifestação do desejo é tanto mais nítida quanto menor for o grau de controle da fonte sobre o alvo do querer. No outro sentido, nas relações em que o sujeito enunciador “ocupa uma posição hierárquica mais alta que seu destinatário, expressões de desejo podem ser interpretadas deonticamente” (CASIMIRO, 2007, p.95). Esse é o caso da ocorrência 7, em que o presidente Itamar, alçado à condição de chefe maior dos ministros e premido pela necessidade de ações urgentes, determina que os ministros ajam rápida e autonomamente.

Esse efeito de sentido, em que o querer passa a ser interpretado como um dever, pode ser facilmente explicado pelos

valores semânticos relacionados às modalidades deôntica e volitiva. Segundo Lyons (1977, p.826), a modalidade deôntica teria sua origem na função desiderativa da linguagem:

A origem da modalidade deôntica, como tem sido frequentemente sugerido, é buscada nas funções desiderativa e instrumental da linguagem: o que quer dizer, no uso da linguagem, de um lado para expressar ou designar vontades e desejos e, de outro, para conseguir que algo seja feito, impondo a própria vontade a outros agentes.

A partir dessa afirmação, é possível, como fez Casimiro (2007), estabelecer os traços necessários para que uma expressão volitiva possa ser interpretada como deôntica. Primeiro, é preciso que o complemento do querer seja um estado de coisas [+controlado]. Segundo, é preciso que o agente desse estado de coisas esteja em posição hierarquicamente inferior ao enunciador. Terceiro, é preciso que o sujeito enuncie de um lugar de autoridade e que ele tenha sua autoridade reconhecida pelo agente do estado [+controlado].

Considerações finais

A análise dos discursos de posse presidencial aqui empreendida procurou demonstrar como a manifestação das modalidades deôntica e volitiva é afetada por um conjunto de fatores linguísticos e sócio-históricos intervenientes, tais como a autoridade do sujeito enunciador, reforçada ou atenuada pelas características históricas do contexto de interação, a natureza do alvo e da fonte deôntica ou volitiva, o comprometimento do enunciador, a relação hierárquica entre os interlocutores e as condições de manutenção ou mudança da postura política do enunciador em relação a seu antecessor. Como bem apontam Bybee e Fleischman (1992, p.3), “muitas das funções da modalidade estão intrinsecamente encaixadas em contextos de interação social e, em consequência, não podem ser adequadamente descritas em separado de sua ancoragem contextual no discurso interativo”. É nessa ancoragem que se encontram elementos que vão permitir ao enunciatário compor as diferentes nuances da interpretação volitiva ou deôntica.

Abstract

This paper analyses the inaugural speeches of Brazilian presidents elected between 1990 and 2007, in order to demonstrate the determinations of interactive context over the expression of deontic and volitive modalities. The analysis points out the similarities in usage due to the position of the enunciator and the differences due to the

specificities in each interaction context.

Keywords: *Deontic modality. Volitive modality. Political discourse. Functionalism.*

Referências

BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Ed.) *Modality in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

CASIMIRO, S. *Um estudo das modalidades deôntica e volitiva nos discursos do Presidente Lula*. São José do Rio Preto, 2007. 107f. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Análise Linguística) - Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, UNESP.

DALL'AGLIO-HATTNHER, M. M. Campos semânticos modais: a modalidade dinâmica. In: Juliano Desiderato Antonio. (Org.). *Estudos descritivos do português: história, variação, uso*. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 133-148.

DALL'AGLIO-HATTNHER, M. M. Pesquisas em sintaxe: a abordagem funcionalista da evidencialidade. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et al. (Org.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia e sintaxe*. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2007, p. 103-145.

DALL'AGLIO-HATTNHER, M. M. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. Araraquara, 1995. 111f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

HENGEVELD, K. Mood and Modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (Ed.). *Morphology: A handbook on inflection and word formation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p.1190-1202.